

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Onze Supremos

É antiga no anedotário político a ideia de que existem “11 Supremos” em Brasília, dadas as profundas diferenças entre os integrantes do tribunal. Independentemente da escolha feita pelo presidente Lula, o novo ministro passará a integrar uma instituição que busca mostrar união à sociedade, mas mantém divergências profundas dentro do Palácio projetado por Niemeyer.

De novo

O ministro do STF Alexandre de Moraes autorizou a reabertura do inquérito da Polícia Federal que apura a suposta interferência do ex-presidente Jair Bolsonaro na corporação. A investigação teve início após o ex-juiz Sergio Moro sair do Ministério da Justiça em 2020. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pretende comparar as investigações com as provas colhidas no recente inquérito sobre as atividades da Abin paralela.

Climão baiano

O corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, fez um elogio ao desembargador José Rotondano, que está em campanha pela presidência do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). As declarações foram interpretadas como uma interferência externa nas eleições da instituição. Os outros dois candidatos que disputam a vaga para o comando do TJBA, os desembargadores Jatahy Júnior e Ivone Bessa, também estavam presentes no evento oficial.

Desagradou

Para um dos desembargadores que estavam presentes ao evento, as declarações do corregedor têm claro objetivo de desequilibrar o jogo. “Se fosse uma campanha controlada pela Justiça Eleitoral, o candidato do ministro seria punido por abuso do poder político. Nunca vimos isso aqui antes,” disse o magistrado à coluna.

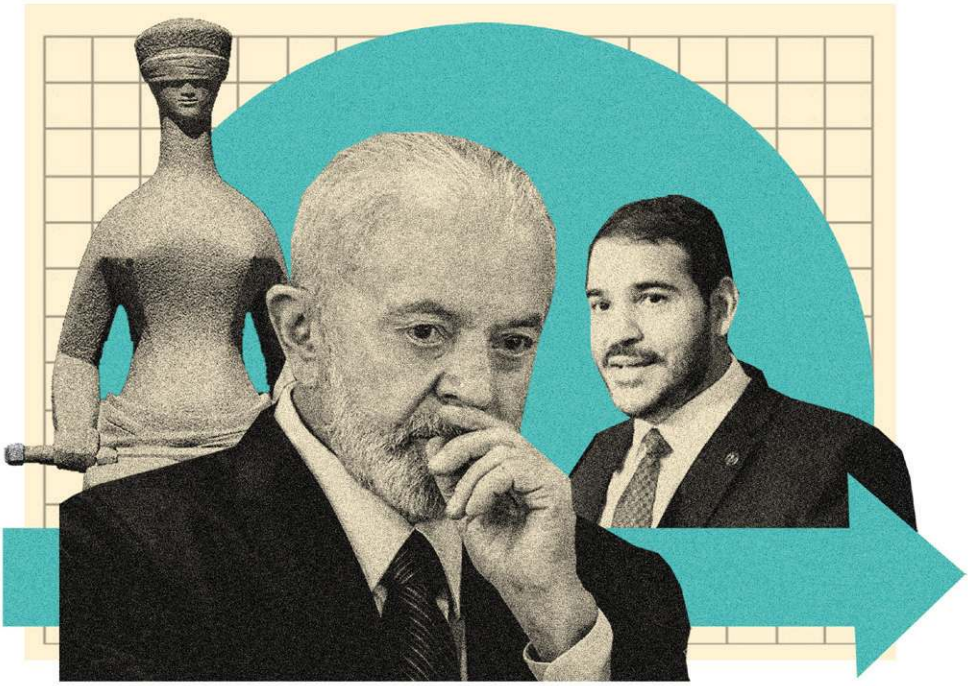
A lógica política na escolha para o STF

O favoritismo do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ocupar a vaga do ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal reacendeu antigos debates a respeito da instituição responsável pelo ordenamento constitucional. Se confirmada, a escolha por Messias repetiria o padrão adotado pelo presidente Lula nessa matéria: indicar pessoas de extrema confiança para a Suprema Corte. Assim ocorreu com o Cristiano Zanin, ex-advogado de Lula, e Flávio Dino, ministro da Justiça até vestir a toga.

Lula não inova nesse sentido. Jair Bolsonaro também fez assim, ao indicar o então AGU André Mendonça, que seria o ministro “terrivelmente evangélico” no STF. Da mesma forma, Fernando Henrique Cardoso indicou o então AGU Gilmar

Mendes para a mais alta Corte de Justiça. À época, o futuro decano do Supremo deu uma frase que adquire muito significado 23 anos depois. “Venho, neste momento, para aprender”, disse, em sua primeira entrevista como ministro. “Tenho que, na verdade, participar de um novo espírito, que é um espírito de colegiado”, completou.

É precisamente esse espírito de colegiado que o atual presidente da Corte, Edson Fachin, pretende resgatar. “Realçando a colegialidade”, o chefe busca a estabilidade institucional na vida pública, muitas vezes marcada por ministros que se imiscuem no debate partidário. O peso político na escolha dos ministros acaba por se tornar um problema para a própria Suprema Corte, considerada por muitos uma Casa política e não a instituição garantidora da lei na sociedade.



O poder das bets

Governistas estão com dificuldade em dobrar o poder de influência das bets no Congresso. As tentativas taxar as casas de apostas esportivas e as fintechs têm se mostrado infrutíferas. Parte do centrão e da oposição também são a favor da taxação das bets, mas a proposta não vinga.

E a anistia?

O líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirma que já tem os 278 votos para aprovar o destaque de preferência ao texto de anistia geral e irrestrita no Plenário. O partido do ex-presidente Jair Bolsonaro não aceita a proposta de dosimetria que o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) e vai lutar pela anistia geral. Nos bastidores, partidos de centro não têm visto sentido em aprovar dosimetria se nem o governo nem a família Bolsonaro querem redução de pena.

Como pode?

No encerramento do congresso do PCdoB em Brasília, o presidente Lula fez uma autocrítica da esquerda. Disse que as legendas progressistas e defensoras da democracia falharam por permitir a ascensão da extrema-direita no Brasil e em outros países. “Como é que se explica uma figura politicamente grotesca como Bolsonaro virar presidente da República?”, provocou.

É preciso mais

O presidente entende que é preciso estreitar a conexão com a sociedade para fortalecer a democracia. “Muitas vezes, a gente joga a culpa nos outros, mas não pensa se errou, o que deixou de fazer ou de dizer. O desafio é reconstruir um projeto de nação que fale com as milhões de pessoas que não são organizadas, que nem sempre são convidadas a participar”, defendeu.

Colaborou Luana Patriolino e Fernanda Strickland

CONGRESSO

Irmão de Lula e Lupi blindados

Na CPMI do INSS, governo consegue evitar a convocação de Frei Chico e acordo protege os sigilos de ex-ministro à época das fraudes

» ALÍCIA BERNARDES
» ISRAEL MEDEIROS

O governo teve, ontem, uma importante vitória na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos ilegais de aposentados e pensionistas do INSS: conseguiu evitar a convocação de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram 19 votos contrários e 11 a favor. Intimá-lo a depor era uma das principais estratégias da oposição, desde o início do funcionamento do colegiado, para tentar colar as fraudes na Previdência no Palácio do Planalto.

Frei Chico é vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas (Sindnapi), entidade investigada por suspeita de irregularidades, mas não figura como alvo das investigações da Polícia Federal (PF). A base aliada, orientada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), votou em bloco contra a convocação.

“Querem colar o nome do presidente em algo sem materialidade. Isso é tentativa de desgaste político”, afirmou a senadora Eliziane Gama (PSD-MA). Os bolsonaristas apostam na CPMI para causar desgastes à imagem de Lula, que está em alta nas pesquisas de opinião, a ponto de ser considerado favorito em todos os cenários da corrida presidencial de 2026.

Mas esta não foi a única derrota na oposição, ontem, na comissão. Os integrantes também adiaram a análise das quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático do presidente do PDT, Carlos Lupi. O relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), defendeu acesso aos dados do ex-ministro da Previdência à época da Operação Sem Desconto — que

desbaratou o esquema de descontos ilegais — para verificar possível omissão. O adiamento foi acertado em um acordo entre os líderes do colegiado. A comissão negou, ainda, um pedido de prisão preventiva do presidente do Sindnapi, Milton Cavalo.

Aos bolsonaristas, restaram os discursos virulentos para tentar amenizar a derrota. O deputado Luiz Lima (Novo-RJ) questionou a resistência à oitiva. “O silêncio faz barulho. Por que não deixar Frei Chico falar?”, cobrou. O senador Izalci Lucas (PL-DF) também criticou a decisão e afirmou que o irmão de Lula deveria esclarecer sua atuação na vice-presidência do sindicato. A CPMI ainda deve votar novos requerimentos nas próximas semanas, incluindo convocações e pedidos de quebra de sigilo.

O relator da CPMI criticou as decisões tomadas da CPMI e disse que a “blindagem” prejudica os trabalhos da comissão. “Essa blindagem em série é muito ruim para o Parlamento. Não é à toa que o presidente da República, em que pese tem uma série de defeitos, está dizendo que o Congresso é de baixo nível. Infelizmente, essas blindagens demonstram esse nível baixo. Tem muito presidente de sindicato e diretor precisando ser preso, e tem muita gente querendo blindar esse pessoal. Acho isso uma verdadeira vergonha”, criticou Alfredo Gaspar.

Esquema exposto

Depois das votações, a comissão ouviu Cícero Marcelino de Souza Santos, assessor da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Conafer), apontado pela PF como um laranja que operava o esquema de lavagem de dinheiro para a entidade. Sem habeas corpus para permanecer em silêncio, o investigado detalhou

Carlos Moura/Agência Senado



Sem habeas corpus, Cícero contou como manobrava o dinheiro na Conafer, mas disse não saber que era de fraudes

um amplo sistema que envolvia o pagamento de diversas pessoas a mando da Conafer. Cícero confirmou que suas empresas — abertas a pedido do presidente da entidade, Carlos Roberto Ferreira Lopes — chegaram a movimentar R\$ 300 milhões desde 2017.

“Ele (o presidente da Conafer) viu potencial e eu abri as empresas para prestar serviços à Conafer”, disse. Antes de abrir as pessoas jurídicas, ele era vendedor de roupas e faturava de R\$ 6 mil a R\$ 7 mil por mês. Depois do início do esquema, sua renda mensal disparou para cerca de R\$ 120 mil.

“Vinhram valores, planilhas de pagamentos diretamente da Conafer — e eu fazia os pagamentos.

Aí tem uma lista de 200, 300 pessoas. Por exemplo: tinha uma planilha que era só de gado, uma que era só de indígena, uma que era das secretarias. É o que vinha para passar. E aí me sobrava um troco”, afirmou Cícero.

Entre as empresas abertas pelo investigado, estavam uma papelaria, uma locadora de veículos, uma consultoria e uma empresa de eventos. Cícero também confirmou que havia, ao menos, duas firmas no nome da sua mulher — nenhuma tinha funcionários registrados. O depoente negou, no entanto, ter conhecimento de que os repasses milionários vinham de desvios de aposentados e pensionistas. Também disse que não se considerava

um “laranja” no esquema.

Questionado sobre os documentos e os organizadores do esquema, Cícero disse ter tido pouco tempo para se preparar para a oitiva. Em diversos momentos, afirmou não se lembrar dos nomes dos envolvidos no esquema da Conafer. O investigado também assegurou não se lembrar dos nomes de pessoas que adquiriram suas empresas, em 2024.

“Não sabia para quem tinham ido. Só repassei ao contador que eu ia abrir as novas empresas, que não ia mais trabalhar com essas”, frisou.

O relator da CPMI acusou Cícero de mentir, mas afirmou que não pediria sua prisão porque o objetivo da comissão é responsabilizar

» Com Centrão, a virada de jogo

O governo tem revertido o cenário que deu a presidência e a relatoria da CPMI do INSS para a oposição e vem conseguindo garantir a maioria em todas as votações mais controversas. Para os bolsonaristas, há uma atuação conjunta entre o governo e setores do Centrão (cujos integrantes do colegiado são todos de oposição ao Palácio do Planalto) para a blindagem de personagens alvos das investigações. Tal como quando a CPI mirou em Paulo Boudens, ex-chefe de gabinete do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) — que ajudou o governo a adiar a sessão que analisaria os vetos ao chamado “PL da Devastação”. Ele teve o pedido de quebra de sigilo bancário requerido, mas foi rejeitado.

os mandantes dos crimes e não os “bois de piranha” — aqueles com participação menor nos esquemas criminosos. Também argumentou como empecilho o fato de Cícero estar na CPMI na condição tanto de testemunha quanto de investigado.

“Alguns poderosos vieram para cá com habeas corpus e outros tiveram até um habeas corpus para não comparecer. Aí deixaram esse boi de piranha sem habeas corpus. Não vou fazer esse jogo. Temos que alcançar os tubarões. Bagrinho como esse, apesar de ter passado muito dinheiro pelas mãos, veio para cá para ser preso. Ninguém vai se satisfazer com prisão de laranja. Queremos pegar os grandes”, disse.